



## **PROGRAMA DE CONCURSO**

**Acordo Quadro de serviço móvel terrestre**

## Índice

<b>CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO .....</b>	<b>3</b>
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso .....	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
<b>CAPÍTULO II APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>4</b>
Artigo 4.º Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento .....	4
Artigo 5.º Erros e omissões do caderno de encargos .....	4
Artigo 6.º Prazo para a apresentação das propostas .....	4
Artigo 7.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	5
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas .....	5
Artigo 9.º Apresentação de propostas variantes .....	7
Artigo 10.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas .....	7
<b>CAPÍTULO III ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>7</b>
Artigo 11.º Critério de adjudicação .....	7
Artigo 12.º Número de propostas a adjudicar .....	9
Artigo 13.º Leilão eletrónico .....	9
Artigo 14.º Relatório preliminar de análise das propostas .....	9
Artigo 15.º Audiência prévia .....	10
Artigo 16.º Relatório final de análise das propostas .....	10
<b>CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
Artigo 17.º Notificação da decisão de adjudicação .....	10
Artigo 18.º Documentos de habilitação .....	10
<b>CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....</b>	<b>11</b>
Artigo 19.º Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças .....	11
Artigo 20.º Assinatura eletrónica .....	12
Artigo 21.º Apoio técnico referente à plataforma eletrónica .....	12
Artigo 22.º Agrupamentos .....	12
Artigo 23.º Contagem dos prazos na fase de formação do acordo quadro .....	13

## **CAPÍTULO I**

### **OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

#### **Artigo 1.º**

##### **Identificação e objeto do concurso**

- 1 - O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo designado por “Acordo quadro de serviço móvel terrestre”.
- 2 - O presente procedimento tem como objeto a seleção de cocontratantes para a celebração de acordo quadro de serviço móvel terrestre, nos termos melhor definidos no caderno de encargos.
- 3 - O procedimento compreende os seguintes lotes:
  - a) Lote 1 - Serviço Móvel de Voz e Dados,
  - b) Lote 2 - Serviço Móvel de Dados,
  - c) Lote 3 - Serviço combinado Móvel de Voz e Dados e Móvel de Dados.
- 4 - O acordo quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os cocontratantes e a ESPAP, Unidades Ministeriais de Compras (UMC), entidades compradoras vinculadas e voluntárias, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a ESPAP, com sede na Avenida Leite de Vasconcelos, n.º 2, Alfragide, 2614-502 Amadora, com o endereço eletrónico [contacto@espap.pt](mailto:contacto@espap.pt), na qualidade de entidade gestora do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), ao qual se encontram vinculados os serviços da administração direta do Estado e os institutos públicos, sendo voluntária a adesão das entidades da administração autónoma e do sector empresarial público, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.

#### **Artigo 3.º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo da ESPAP a 06/09/2016.

## **CAPÍTULO II**

### **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 4.º**

##### **Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma até ao dia 23/09/2016.
- 2 - Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao dia 09/10/2016.
- 3 - O Júri do concurso pode proceder à retificação das peças do concurso até ao dia referido no número anterior.
- 4 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 5.º**

##### **Erros e omissões do caderno de encargos**

Até ao dia 17/10/2016 os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do artigo 61º do CCP.

#### **Artigo 6.º**

##### **Prazo para a apresentação das propostas**

- 1 - As propostas devem ser apresentadas na plataforma até ao dia 25/10/2016.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

### **Artigo 7.º**

#### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

### **Artigo 8.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

- 1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, devendo ser seleccionadas as seguintes opções:
    - i. “Sou um operador económico”;
    - ii. “Importar um DEUCP”;
    - iii. “Carregar documento” – seleccionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma <https://concursos.espap.pt/>;
    - iv. Seleccionar o país do concorrente;
    - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
    - vi. No final, seleccionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
  - b) Em alternativa à alínea anterior, declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I que deve ser enviada em ficheiro com a designação “AnexoI\_[designação\_empresa].pdf”;
  - c) Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente e os lotes a que concorre, utilizando o formulário constante do anexo II, que deve ser enviado num ficheiro com a designação “AnexoII\_[designação\_concorrente].xls”

- d) Proposta de preço elaborada em conformidade com o anexo III, que deve ser enviada num ficheiro com a designação “AnexoIII\_[designação\_concorrente].xls;
  - e) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 do artigo 20.º.
- 2 - Para efeitos do disposto do preenchimento da proposta de preço a que alude a alínea d) do n.º 1, devem os concorrentes apresentar preços unitários para os seguintes serviços de acordo com as seguintes regras:
- Serviço Móvel de Voz: Preço em euros por minuto, faturado ao segundo a partir do 30.º segundo;
  - Serviço Móvel de Dados: Preço por MB de tráfego de dados de *Internet*, faturado a cada 10 KB;
  - Preço para *plafonds* mensais e consumos adicionais de tráfego de dados de *Internet* para as seguintes categorias:
    - i. Categoria A: *Plafond* mensal até 1 Gb de tráfego;
    - ii. Categoria B: *Plafond* mensal até 2 Gb de tráfego;
    - iii. Categoria C: *Plafond* mensal até 4 Gb de tráfego;
    - iv. Categoria D: *Plafond* mensal até 7 Gb de tráfego; e
    - v. Categoria E: *Plafond* mensal até 15 Gb de tráfego.
  - Serviço de mensagens curtas (SMS) e mensagens multimédia (MMS): Preço em euros por unidade;
- 3 - Os preços propostos pelos concorrentes para cada um dos serviços unitários descritos não pode exceder, sob pena de exclusão, os preços máximos apresentados na tabela constante do Anexo V do presente programa de concurso;
- 4 - Para além das regras a que aludem os números anteriores, os concorrentes devem ainda, na proposta de preço referida na alínea d) do n.º 1, apresentar o seguinte valor de consumo mínimo associado à disponibilização dos terminais do tipo A e do tipo B, para os lotes 1 e 3:
- Consumo mínimo associado à disponibilização de terminais do Tipo A - não pode exceder 10 € por mês;
  - Consumo mínimo associado à disponibilização de terminais do Tipo B - não pode exceder 25€ por mês.
- 5 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, com exceção do documento referido na alínea e) que pode ser apresentado noutra língua desde que, neste caso, seja o mesmo acompanhado de tradução devidamente legalizada.

6 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas b) e d) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

#### **Artigo 9.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 10.º**

#### **Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 100 dias.

### **CAPÍTULO III**

### **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 11.º**

#### **Critério de adjudicação**

- 1 - A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas de mais baixo preço são as que apresentem menor pontuação final de acordo com o disposto nos números 3 a 5 do presente artigo, para cada um dos lotes.
- 3 - A pontuação das propostas para o lote 1 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V1 = ([64000 \times (0,35 \times P11 + 0,45 \times P12 + 0,20 \times P13)] \times 0,70 + (P117 + P118 + P119) \times 0,30) \times 0,9 + CM11 \times 0,05 + CM12 \times 0,05$$

Em que:

V1 = Valor da pontuação da proposta;

P11 = Preço por minuto das chamadas para a Rede Móvel "On-Net";

P12 = Preço por minuto das chamadas para as Redes Móveis "Off-Net";

P13 = Preço por minuto das chamadas para as Redes Fixas "SFT";

P117 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à Internet;

P118 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à rede de dados da entidade adquirente;

P119 = Preço por MB do serviço de dados para acesso a outras redes de dados;

CM11 = Consumo mínimo mensal associado à disponibilização de terminais do Tipo A;

CM12 = Consumo mínimo mensal associado à disponibilização de terminais do Tipo B

4 - A pontuação das propostas para o lote 2 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V2 = P21 + P22 + P23 + \left(\frac{P24}{1000}\right) + \left(\frac{P25}{2000}\right) + \left(\frac{P26}{4000}\right) + \left(\frac{P27}{7000}\right) + \left(\frac{P28}{15000}\right)$$

Em que:

V2 = Valor da pontuação da proposta;

P21 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à Internet;

P22 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à rede de dados da entidade adquirente;

P23 = Preço por MB do serviço de dados para acesso a outras redes de dados;

P24 = Preço para *plafond* mensal Categoria A;

P25 = Preço para *plafond* mensal Categoria B;

P26 = Preço para *plafond* mensal Categoria C;

P27 = Preço para *plafond* mensal Categoria D; e

P28 = Preço para *plafond* mensal Categoria E.

5 - A pontuação das propostas para o lote 3 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V3 = 0,65 \times D1 + 0,35 \times D2$$

Em que:

V3 = Valor da pontuação da proposta;

D1 = Valor da pontuação da proposta para serviço móvel de voz e dados, para o serviço combinado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$D1 = ([64000 \times (0,35 \times P31 + 0,45 \times P32 + 0,20 \times P33)] \times 0,70 + (P317 + P318 + P319) \times 0,30) \times 0,9 + CM31 \times 0,05 + CM32 \times 0,05$$

Em que:

P31 = Preço por minuto das chamadas para a Rede Móvel "On-Net";

P32 = Preço por minuto das chamadas para as Redes Móveis "Off-Net";

P33 = Preço por minuto das chamadas para as Redes Fixas "SFT";

P317 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à Internet;

P318 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à rede de dados da entidade adquirente;

P319 = Preço por MB do serviço de dados para acesso a outras redes de dados;

CM31 = Consumo mínimo mensal associado à disponibilização de terminais do Tipo A;



CM12 = Consumo mínimo mensal associado à disponibilização de terminais do Tipo B.

D2 = valor da pontuação da proposta para serviço móvel de dados, para o serviço combinado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$D2 = P317 + P318 + P319 + (P365/1000) + (P366/2000) + (P367/4000) + (P368/7000) + (369/15000)$$

Em que,

P317 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à *Internet*;

P318 = Preço por MB do serviço de dados para acesso à rede de dados da entidade adquirente;

P319 = Preço por MB do serviço de dados para acesso a outras redes de dados.

P365 = Preço para *plafond* mensal Categoria A;

P366 = Preço para *plafond* mensal Categoria B;

P367 = Preço para *plafond* mensal Categoria C;

P368 = Preço para *plafond* mensal Categoria D; e

P369 = Preço para *plafond* mensal Categoria E.

6 - Os preços devem ser apresentados em Euros, com três casas decimais, e não incluem IVA.

#### **Artigo 12.º**

##### **Número de propostas a adjudicar**

- 1 - Serão adjudicadas, por lote, as 5 melhores propostas, de acordo com o critério de adjudicação previsto no artigo 11.º.
- 2 - Não há lugar a adjudicação quando o número de propostas admitidas e ordenadas seja inferior a 3 por lote.

#### **Artigo 13.º**

##### **Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

#### **Artigo 14.º**

##### **Relatório preliminar de análise das propostas**

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**Artigo 15.º**  
**Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

**Artigo 16.º**  
**Relatório final de análise das propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

**CAPÍTULO IV**  
**ADJUDICAÇÃO**

**Artigo 17.º**  
**Notificação da decisão de adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

**Artigo 18.º**  
**Documentos de habilitação**

1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - ii - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Licença do adjudicatário para a prestação dos serviços que lhe foram adjudicados, emitida pela ANACOM, com referência às atividades que estão habilitadas por este último, ou indicação do sítio onde a mesma pode ser consultada bem como a informação necessária para essa consulta, sem prejuízo de poderem ser solicitados documentos adicionais.
- 2 - Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
  - 3 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.
  - 4 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
  - 5 - Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

#### **Artigo 19.º**

##### **Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças**

- 1 - A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, designada apenas por plataforma, disponível em <https://concursos.espap.pt/>.
- 2 - O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

4 - A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

#### **Artigo 20.º**

##### **Assinatura eletrónica**

- 1 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 2 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
- 3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 4 - A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

#### **Artigo 21.º**

##### **Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

- 1 - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico <https://concursos.espap.pt/>.
- 2 - Encontra-se disponível, no endereço eletrónico referido no n.º 1, um manual de utilização da plataforma destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

#### **Artigo 22.º**

##### **Agrupamentos**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresas, nos termos constantes do Caderno de Encargos.

### **Artigo 23.º**

#### **Contagem dos prazos na fase de formação do acordo quadro**

- 1 - À contagem de prazos na fase de formação do acordo quadro é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
- 2 - Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
- 3 - O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, salvo no que diz respeito ao prazo de apresentação de propostas previsto no número anterior.

**Anexos:**

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º.

Anexo II – Dados de informação geral do candidato e os lotes a que concorre a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º.

Anexo III – Proposta de preço a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º.

Anexo IV – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º.

Anexo V - Tabela de preços máximos a que se refere o n.º 3 do artigo 8.º.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
  - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento, que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.



5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO IV

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º]

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (19) ...[firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (20):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (21) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (22)] (23);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (25);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (26);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio do sítio da Internet onde podem ser consultados (27)] os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal

[Local], [data] [Assinatura (29)]

(19) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(20) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(21) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(22) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(23) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(24) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(25) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(26) Declarar consoante a situação.

(27) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(28) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(29) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º